

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 4,00 (solidário R\$ 5,00)

nº 795 - de 29 de setembro a 13 de outubro de 2016

DIA 22 ESQUENTA A PREPARAÇÃO DA GREVE GERAL



**GOLPISTAS
QUEREM
IMPOR
ESTADO
DE EXCEÇÃO**



Lula é recebido por militantes em reunião do diretório do PT

Educação

Golpe no ensino médio
pág. 2

Partido

Perseguição a Lula e censura nas eleições
pág. 4

Lava Jato

Operação quer impor a ditadura do Judiciário
pág. 9

Grã-Bretanha

Trabalhadores contra lei antissindical
pág. 10

Retirada da MP 746, a contrarreforma do ensino

É preciso deter essa ofensiva contra o direito à educação

A própria imprensa golpista observou que Temer lançou a Medida Provisória 746, da contrarreforma do Ensino Médio “às pressas”. Temer mesmo esclareceu que a pressa era uma exigência dos promotores do golpe. De fato, pressões nesse sentido já vinham desde o período pré-golpe, com o PL 6840, ora atropelado pela MP.

A MP 746 traz um conjunto de modificações profundas no atual Ensino Médio, todas no sentido do esvaziamento curricular, da profissionalização aligeirada e precoce, da “abertura” para o setor privado e da precarização do trabalho docente, atacando inclusive o instituto do concurso público.

A cereja do bolo é o aumento da carga-horária, de 800 h/aula para 1400 h/aula, apresentada como um reclamo da sociedade. Na verdade, um tal aumento tem a função de integrar um contraturno profissionalizante à guisa de uma falsa educação integral. Um aspecto que pouco se tem falado desta medida é que ela expulsará milhares de alunos da escola, tendo em vista que o Ensino Médio noturno será na prática extinto, uma vez que aulas somente no turno da noite não comportarão as 1400 h/aula, e que o jovem trabalhador, em regra, conta apenas com o turno noturno para frequentar a escola.

Retrocesso que remete à lei da ditadura

Ao contrário de educação integral, a contrarreforma amputa o currículo do Ensino Médio. Primeiro porque prevê a bipartição do currículo em 2 etapas. Uma primeira se constituiria de um resumo onde as áreas tradicionais do conhecimento seriam diluídas em 5 grandes áreas, aquelas em que se divide a prova do ENEM, mais o profissionalizante. As áreas do conhecimento (disciplinas) passariam a constar, nesta primeira fase, de um resumo de ciências, humanidades, etc. Uma segunda etapa, de mesma duração, seria dedicada aos “itinerários formativos específicos”, com as distintas redes de ensino optando por uma ou mais das cinco grandes áreas previstas. Importante: estas duas etapas terão suas próprias terminalidades, ao fim da qual se terá um diploma parcial (correspondente a 1 ano e meio) ou pleno (3 anos).

Aqui temos duas armadilhas: a primeira é, apesar do aumento da carga-horária, um esvaziamento do currículo, seja pelo fato de que o conjunto das disciplinas só serão ofertadas na primeira etapa, sendo que na segunda a rede só tem obrigação de se dedicar a um “itinerário formativo específico” (embora a rede possa optar por seguir

mais de um itinerário), seja porque, mesmo assim, o aluno só terá acesso a estas disciplinas sob a forma do resumo de exatas ou de humanas. A segunda, que está associada à adoção do contraturno profissionalizante, é a certificação já na primeira etapa cujo objetivo indisfarçável é o de expelir o aluno no primeiro ano e meio, com noções rudimentares das ciências e com um curso profissionalizante precário. Um retrocesso que remete à Lei 5692 da Ditadura que reconhecia uma “terminalidade legal” ao lado de uma “terminalidade real”, para justificar a exclusão precoce dos jovens da vida escolar.

Fim de disciplinas e da licenciatura

Ao lado disso, a MP modifica a LDB quanto às disciplinas obrigatórias, ao determinar que as disciplinas de filosofia, sociologia, artes e educação física deixam de ser obrigatórias, com as duas últimas mantendo obrigatoriedade apenas no Ensino Fundamental.

A celebrada ampliação de carga-horária com a inclusão do profissional traz, por sua vez, embutida a privatização e a desresponsabilização do Estado, visto que sua carga-horária poderá ser cumprida por meio de “experiência prática no setor produtivo, estabelecendo parcerias”. Trata-se antes de mais nada de suprir as empresas de jovens trabalhadores precarizados.

A dita ampliação da carga-horária se mostra ainda mais ilusória quando a MP estabelece que ela poderá ser completada com um conjunto atividades exercida pelos alunos anterior ou concomitantemente ao Ensino Médio, para o que a sua integralização se baseará num sistema de “créditos ou disciplinas com terminalidade específica”, também sujeitas a esta certificação precária citada acima.

A introdução da parte profissional no currículo, também trazida da Lei 5692/1971, da Ditadura, introduz a figura do professor contratado sem concurso público, ao bel prazer da rede de ensino, lançando mão do inexplicável critério do “notório saber”. Note-se que este sistema já está em uso em estados como o Ceará que têm escolas de ensino médio profissionalizantes.

A MP ataca o sistema educacional como um todo, num efeito dominó. A reorganização das disciplinas em grandes áreas, no médio prazo, tornará os atuais cursos de licenciatura obsoletos, obrigando-os a se reduzirem a cursos da “grande área de exatas” e da “grande área de humanas”, outra reminiscência da Ditadura que instituiu à sua época os cursos de licenciatura em Ciências e em Estudos Sociais. Se a MP vingar, a demanda pelas atuais



licenciaturas desaparecerá, levando a sua substituição pelo novo modelo ou mesmo a fechar, já que o número de professores necessários ao cumprimento do novo currículo se reduzirá brutalmente. Desde logo, as licenciaturas em Sociologia, Filosofia, Artes e Educação Física, se prevalece a MP, deverão fechar as portas por absoluta falta de demanda.

Como observou o professor Gaudêncio Frigotto, da UERJ a MP “liquida a dura conquista do ensino médio como educação básica universal para a grande maioria de jovens e adultos, cerca de 85% dos que frequentam a escola pública”. E, ao permitir que a escola privada mantenha currículos plenos, a MP é uma contrarreforma que “legaliza o apartheid social na educação no Brasil”.

Eudes Baima

COMEÇA A RESISTÊNCIA

Tão logo a MP 746 foi anunciada, as organizações de professores, estudantes e pesquisadores repudiaram a medida.

O Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, que congrega sindicatos, associações e educadores denunciou o caráter autoritário da medida. A CNTE, em nota, rejeita a MP na íntegra e afirma que não vai apresentar emendas. A senadora Fátima Bezerra, em nome do PT, se posicionou pela retirada da MP. A Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED) também se posicionou contra.

Na Universidade Federal de Alagoas, em Arapiraca, a nova direção do CAEF (Centro Acadêmico da Educação Física) – “MEEF é para lutar” – tomou posse já em luta e convocou um ato de debate contra a MP 746.

São primeiras reações que devem alimentar um amplo movimento unitário pela retirada da MP.



Estudantes do IFSP Guarulhos somando-se ao dia 22 de setembro, o “esquenta” da greve geral por nenhum direito a menos, proposto pela CUT e outras centrais (ver pag. 6), paralisaram as atividades com ocupação do campus, por 48h a partir da 00h de 22 de setembro. Os alunos do ensino superior e do técnico realizaram, antes, assembleia para discutir a PEC 241, e decidiram mostrar apoio à construção da greve geral.

Em defesa de Lula e do PT

Às vésperas do 1º turno das eleições municipais, multiplicam-se as prisões e denúncias sem provas, censuras são impostas em campanhas eleitorais que combatem o golpe, com o explícito objetivo de interferir no resultado contra o PT. O que demonstra o quão necessário é dar todo o lugar na campanha dos petistas, à defesa do partido e à luta pelo Fora Temer. Agora no 1º turno e depois no 2º, nenhum voto para os golpistas!

A escalada promovida pelo Judiciário não deixa dúvida que, para completar o golpe, é preciso aniquilar com as organizações dos trabalhadores, a começar pelo PT.

O governo do usurpador Temer não será capaz de avançar a política do imperialismo que embalou o golpe, enquanto a classe trabalhadora, através de suas organizações, for capaz de se defender e resistir.

A Medida Provisória 746, da contrarreforma do ensino médio, por exemplo, assim que editada, foi rechaçada por entidades sindicais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE-CUT). A senadora do PT, Fátima Bezerra, em nome do partido, propôs a sua retirada.

A luta contra as reformas da Previdência e Trabalhista, a entrega do Pré-sal, o teto de gastos, que atinge os que precisam de

serviços e políticas públicas, fazem parte da pauta da preparação da greve geral por “nenhum direito a menos”, proposta pela CUT e outras centrais.

O que se viu nesse dia 22 de setembro, “de esquerda”, com várias categorias, através de

GOLPISTAS QUEREM DESTRUIR AS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES

seus sindicatos, entrando em ação, é que amadurecem as condições para a realização da greve geral.

As organizações dos trabalhadores, construídas em décadas de luta, e notadamente o PT e a CUT, desde a luta contra a ditadura militar, não foram destruídas com a posse do governo golpista. Elas se preservam como instrumentos para resistir à tentativa de fazer retroceder todas as conquistas impostas pela luta da classe.

O aniquilamento da capacidade de resistência, condição número um para impor o programa do golpe, se serve do Judiciário para avançar contra as organizações.

Com notórias relações com o Departamento de Estado dos Estados Unidos, o juiz Sergio Moro comanda – com o beneplácito

de todas as instâncias do Judiciário e demais instituições – a tentativa de instalar no país um verdadeiro estado de exceção.

Com a corja golpista instalada no Planalto, avança de maneira acelerada a perseguição a Lula e ao PT.

A defesa do PT e de Lula não é um assunto apenas para os petistas. Mas começa pelos petistas, em particular os que são candidatos nessas eleições. Todo o contrário do que se vê, em demasia, de candidatos que escondem a estrela, o vermelho e se esforçam para municipalizar uma campanha que é, nitidamente, um embate nacional entre os interesses das massas trabalhadoras e os que querem entregar a nação e retirar direitos.

A defesa de Lula e do PT, diz respeito a todas as forças e setores identificados com os interesses da nação, da democracia e dos trabalhadores. Diz respeito a barrar a ofensiva contra a tentativa de impor um estado de exceção.

E, para defender-se, o PT está chamado a se colocar na linha de frente do combate ao governo e às instituições golpistas.

De nossa parte, com o Diálogo e Ação Petista é para o que nos dispomos, num mesmo movimento em que organizamos, com companheiros de diferentes identidades no partido, o “diálogo itinerante”, para reforçar a luta pela Reconstrução do PT.

TRABALHO ESCRAVO 1

“[Os] Trabalhadores são, em sua maioria, viciados em álcool e em drogas ilícitas, de modo que [...] gastam todo o dinheiro do salário, perdem seus documentos e não voltam para o trabalho, quando não muito praticam crimes.” A frase não é de um senhor de escravos de antes da Lei Áurea, mas da juíza Herika Fischborn do TRT de Santa Catarina em relação a 156 trabalhadores em uma fazenda de Henrique Córdova, ex-governador de Santa Catarina, que não recebiam salários há pelos menos dois meses e tiveram seus documentos retidos.

TRABALHO ESCRAVO 2

Audidores fiscais do trabalho consideraram que havia cerceamento de liberdade, caracterizando trabalho análogo ao escravo; a juíza considerou “benefício à sociedade”. Ela ainda pediu que a PF investigasse os auditores, afirmando que eles agiram de forma cruel ao permitir que os trabalhadores voltassem “ao ciclo vicioso de trabalho inadequado, vício, bebida, drogas, crack, crime”.

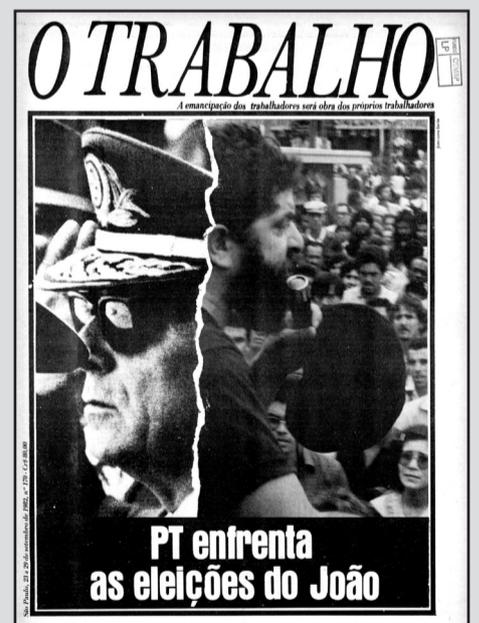
TRABALHO ESCRAVO 3

No Piauí, 18 trabalhadores em condições análogas às de escravidão foram encontrados em fazenda que fornecia madeira nativa do Corredor Ecológico entre os parques nacionais da Serra da Capivara e da Serra das Confusões para a mineradora paulista Galvani (associada à multinacional norueguesa Yara). Havia até cadernetas com despesas de deslocamento, alimentação e materiais usados nos serviços, tudo descontado do pagamento dos trabalhadores que, ao final do mês, em vez de receber, ficavam devendo.

Memória

LEI DA DITADURA LIMITA PROPAGANDA ELEITORAL

A partir do último dia 13, começou a vigorar a Lei Falcão, que rege a propaganda eleitoral (...). Por ela, os partidos ficam limitados a mencionar legenda, nome, profissão, currículo, número de registro e as fotografias dos candidatos. (...) Na prática, até os currículos dos candidatos têm que passar pelo crivo dos tribunais da ditadura. Por exemplo: segundo o procurador regional eleitoral de SP, (...) [o PT] está “infringindo a lei eleitoral”. O motivo: em sua propaganda o “PT indica como se faz greve” (...). A conclusão é fácil de tirar: como o que identifica o PT é justamente a sua participação nas lutas do povo contra a ditadura, pela Lei Falcão o partido fica praticamente impedido de fazer de fato qualquer propaganda eleitoral.



O Trabalho nº 170 – 23/9/1982

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Arte: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Lava Jato quer a proscricção política de Lula

Um estado de exceção foi instalado

Dois semanas depois do impeachment de Dilma sem crime de responsabilidade, a Lava Jato denunciou Lula como “comandante máximo da propinocracia”, nas palavras dos procuradores de Curitiba, “sem provas, mas com convicção”. Mais uns dias, o juiz Moro aceitou a denúncia pela qual Lula seria condenado, perderia o direito de candidatura em 2018 e poderia até ser preso, como pedem na imprensa.

O completo desvio de função do Judiciário, a serviço de um objetivo de perseguição imediata, a proscricção política, é o fato principal. Ele pretende soterrar os escombros do direito elementar de defesa, debaixo de um “clamor público” fabricado por instituições corrompidas, na véspera das eleições municipais.

O golpe de Estado, apoiado pelo imperialismo, se aprofunda. A democracia está sendo negada, os direitos constitucionais vilipendiados.

São todos responsáveis!

Apesar da revolta de muitos e do mal-estar nos meios jurídicos, nenhuma autoridade do Estado, nem o Procurador Geral da República, nenhum dos egrégios membros do Supremo Tribunal Federal, tampouco suas excelências, os presidentes das casas do Congresso Nacional, nem, é claro, os titulares do governo golpista, ninguém defendeu Lula (o Conselho Nacional do Ministério Público, dia 16, negou o recurso dos seus advogados).

Eles são todos responsáveis!

Em pronunciamento na tarde do dia 15, ladeado pelos dirigentes da CUT, da CMP e do MTST, além do PCdoB, Lula ligou esse ataque à redução dos



Lula fala ao DN PT em 15 de setembro

direitos e à entrega do país às multinacionais. Convocou a militância a usar vermelho, desafiou os algozes (“a história mal começou”) e se apresentou como injustiçado pelas “instituições” que havia tentado melhorar, como explicou. Parou aí.

É fato que a escalada visa também ao PT, se liga à PEC do teto de gastos, à tentativa de quebra da Previdência e da CLT e à entrega do Pré-Sal. Na verdade, a proscricção de Lula busca intimidar a CUT, os sindicatos e as organizações populares para acuar a resistência que pode derrotar a regressão secular anunciada pelos golpistas.

Sejamos claros: não é que Lula esteja sendo julgado por instituições burguesas por supostos crimes, com o conhecido viés de classe. Não é isso! O que está em curso é uma execução política sumária de Lula, logo do PT, ferindo de morte a democracia no país, a fim de realizar as contrarreformas!

Instituições em questão - Constituinte!

Mas nesta ofensiva, agora, são todas as instituições que se expõem, e estarão todas em questão, rapidamente. Sobretudo, se o PT ligar o começo do

movimento pelas Diretas-Já contra o golpista Temer, com a luta por uma Constituinte Soberana para reformar de cabo a rabo essas instituições, através de uma reforma política demo-

crática, para defender as conquistas, reverter a regressão e abrir caminho às aspirações de justiça social e soberania nacional do povo.

Claro que isso passa pela mudança da relação de forças. Mas quando o governo golpista tem que mostrar a que veio – as contrarreformas que protelou – a reação das amplas massas populares vai crescer e pode se impor.

Por isso, após a Paralisação Nacional da CUT dia 22, a preparação de uma greve geral por Nenhum Direito a Menos, torna-se o objeto do principal esforço a ser feito por todos trabalhadores com suas organizações.

É a melhor defesa de Lula e do PT que se pode fazer.

Markus Sokol

DIRETÓRIO DECIDE NÃO DECIDIR

A resposta do PT ao ataque foi limitada pela crise interna no Diretório Nacional. Ele não avançou no balanço do processo do golpe - até há pouco havia quem visse “qualidades” na Lava Jato! -, nem se engajou na paralisação da CUT dia 22, ali informada pelo presidente Vagner.

O DN se afundou na polêmica sobre o adiamento do Encontro Nacional Extraordinário de dezembro para março.

A discussão acabou confusa, antecipando o 6o Congresso do PT e renovando as direções no 1o semestre de 2017 (era previsto no 2o semestre). O “processo” começaria em dezembro, mas isso e a forma de eleição dos delegados e dirigentes, tiveram a decisão adiada a um novo DN em 7 de outubro, ainda não confirmado.

A maior responsável pela situação é a corrente majoritária, o CNB, que não abre mão do falido Processo Eleitoral Direto, onde o voto em urna reproduz os piores vícios da política institucional. O CNB, isolado, não queria decidi-lo por maioria, o que confirmaria seu motivo: medo de perder terreno no controle da máquina. Mas não aceitou nem a proposta do presidente Rui Falcão de deixar a decisão sobre a direção ao Congresso “plenipotenciário”, que teria sido apoiada por Lula numa reunião anterior da bancada parlamentar.

Ao final, um acordo que adia o principal, foi adotado tarde da noite por quase unanimidade, tirando a abstenção de Markus Sokol, que defendeu o fim do PED e a eleição de direções em encontro de delegados (podia ser nesse Congresso “plenipotenciário”).

#STANDWITHLULA, #ESTAMOSCOMLULA

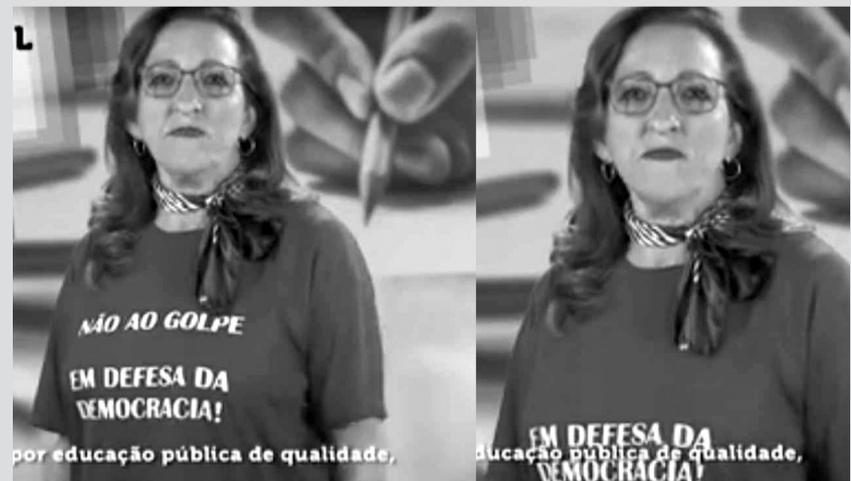
“O mundo está vendo. Inclua seu nome para também ficar ao lado do Lula!” Com esse apelo, a Central Sindical Internacional (CSI), à qual a CUT é filiada, lançou uma campanha mundial de solidariedade com Lula, em Nova Iorque, no dia 20, véspera da decisão do juiz Moro contra ele. Em poucos dias, 27 mil adesões foram registradas no site www.standwithlula.org, um primeiro passo da campanha que começa.

O Acordo Internacional dos Trabalhadores, desde o dia 23, publicou uma Nota “a todas organizações que lutam com o AcIT e ao movimento dos trabalhadores” em que, “no marco da campanha ‘Estamos com Lula!’, chama a multiplicar as tomadas de posição e iniciativas, sob todas formas, para ajudar a luta dos militantes brasileiros para exigir o fim da perseguição a Lula”.

A Nota assinada pelos dois coordenadores do AcIT, Luisa Hanune, deputada e secretaria general del PT de Argélia, e Geoffrey Excoffon, da direção do Partido Operário Independente (França), avalia que “este ataque contra Lula é um ataque contra o PT, contra a CUT, contra todas as organizações dos trabalhadores e contra a própria democracia. Pretende facilitar a realização do plano anti-operário do governo usurpador de Temer”.

**acordo
internacional dos
trabalhadores
e dos povos**

ELEIÇÕES SOB ESTADO DE EXCEÇÃO



A juíza eleitoral de Salvador, Ana Cláudia Mesquita, conhecida cozinha (Folha de S. Paulo, 5/9), concedeu liminar em favor do candidato a reeleição ACM Neto (DEM) proibindo a candidata Alice Portugal (PCdoB), coligada ao PT, de citar a palavra “golpista” no material de campanha.

A candidata a vereadora, Celi Tafarel, do PT, teve sua propaganda na TV alterada. Foi trocado “os golpistas” por “governo atual” e aplicado uma tarja sobre sua camiseta cobrindo a inscrição “não ao golpe”!

Confira o vídeo original e depois da censura:

https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1359916447370774&id=363259117036517
https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1359923527370066&id=363259117036517

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



APROFUNDAR O DIÁLOGO ITINERANTE COM OS PETISTAS

O Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista, reunido dia 23 de setembro na sede nacional do PT, aprovou um Comunicado (abaixo) destacando as principais tarefas de luta diante da atual conjuntura do país e a discussão, através do diálogo itinerante para debater as saídas para a crise do partido.

A maioria das reuniões do diálogo itinerante nos estados deve ocorrer logo após as eleições municipais e devem integrar, desde a composição das mesas, militantes das diversas correntes internas do partido, identificados com os “pontos para discussão”, adotados no ato de lançamento do “Manifesto pela Reconstrução do PT, em 19 de agosto em São Paulo (ver box).

Comunicado

1. O governo golpista aprofunda as medidas contra os trabalhadores e a soberania nacional. Apesar de sua fragilidade política, tem o apoio do imperialismo e da classe dominante para executar seus planos. Mais do que nunca, nenhum direito a menos, fora Temer!

2. Para derrotar este governo e seus planos, é necessária a participação unitária dos trabalhadores, com suas organizações. Nesse sentido, a jornada do dia 22 de setembro, com paralisa-

ções, atrasos e manifestações, em todo o Brasil, cumpriu o papel de “esquenta” da greve geral, cada vez mais na ordem do dia.

3. A exigência de antecipar eleições presidenciais, depois de consumado o afastamento da presidente Dilma, reflete um anseio legítimo de por abaixo o governo golpista, engendrado pelas instituições de Estado apodrecidas. Diretas já com Constituinte pela reforma do sistema político.

4. A perseguição a Lula é parte de uma operação voltada a destruir o PT e as organizações dos trabalhadores. É urgente aprofundar as denúncias, no Brasil e no exterior, contra essas maquinações judiciárias e policiais.

5. Nos últimos dias do primeiro turno das eleições municipais, nossas campanhas devem ser uma trincheira na luta contra o governo golpista e seu programa, com a afirmação do PT e suas bandeiras históricas de independência política, rumo ao 2º turno, onde houver.

6. Num momento de crise e fragilidade de nosso partido, o Diálogo e Ação Petista convida todos os petistas dispostos a defender o PT, para debater de forma responsável as saídas para essa situação num Diálogo Itinerante, baseado nos Pontos para Reconstrução do PT, lançado no ato de 19 de agosto, na sede nacional do PT.

PELA RECONSTRUÇÃO DO PT

Composta por João Felício, sindicalista da CUT, Misa Boito, membro do DR PT-SP, Markus Sokol, dirigente do PT e Luiz Eduardo Greenhalgh, fundador do PT, a mesa apresentou, entre outros, os seguintes pontos para um diálogo itinerante pelo país:

- O golpe do impeachment criou uma situação de emergência para o povo brasileiro.
- Os petistas, muitos trabalhadores e amplos setores populares se perguntam: como chegamos a isso?
- O golpe expôs as contradições dos 13 anos de governo que também contribuiu para levar a essa derrota.
- Nós reivindicamos as conquistas do povo no último período, de emprego e salário, os programas sociais e o novo marco regulatório do Pré-sal.
- A política do PT no governo adaptou-se às instituições submetidas ao capital financeiro, à ditadura do superávit primário e à certas ‘alianças’ com inimigos - esta é a raiz da conciliação nestes 13 anos.
- Agora, a solução está na reto-

mada dos compromissos históricos no terreno da defesa do PT, atacado de todos os lados, ameaçado de “extinção” no TSE, inclusive com o companheiro Lula indiciado no STF.

- A Constituinte era - e segue sendo - o meio de superar as instituições corruptas, inclusive o Judiciário, para avançarmos com reformas populares.
- É necessário rearmar o PT com uma plataforma de emergência, liberta das contradições destes 13 anos. O PT devia tê-lo feito no Congresso (junho 2015), como propunha o Manifesto de 400 sindicalistas petistas da CUT
- Neste momento, a CUT discute um movimento de greve geral por Nenhum Direito a Menos. O PT deve se engajar nesse movimento.
- O Fora Temer deve significar também a ruptura com as políticas dos governos federais de “acordo nacional com o PMDB”, para uma verdadeira plataforma popular
- Reconstruir o PT, começa com o Fim do PED, modelo decalcado das instituições do sistema político corrupto, ao qual o PT se adaptou, e é fator de degeneração do partido.

DIÁLOGO ITINERANTE EM RECIFE

Em debate os caminhos do PT

O Diálogo e Ação Petista, junto com outros setores do partido, promove no dia 7 de outubro, em Recife, o debate “Caminhos do PT: construção? Reconstrução?”. O debate faz parte do circuito itinerante aprovado no lançamento nacional do Manifesto “Pela Reconstrução do PT” e terá a presença de Luiz Eduardo Greenhalgh, fundador do partido e membro do Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista.

Assinam a convocatória do debate Edmilson Menezes, da Corrente O Trabalho e do DAP, o ex-deputado Fernando Ferro, do Avante Socialismo Século 21, e Zé de Oliveira, do coletivo O Quilombo Petista. O debate está marcado para as 19 horas, na sede do SINDPD (r. Bispo Cardoso Ayres, 111, bairro Boa Vista).

Fora, Temer!

O DAP do Recife teve presença marcante na passeata de mais de cinco mil pes-



Lula e João Paulo na manifestação de 22 de setembro em Recife

soas nas ruas centrais da cidade, dia 22, com a presença de Lula e do candidato petista a prefeito, João Paulo. A coluna do DAP, com cerca de 25 militantes, portava a faixa “Em defesa de Lula, do PT e dos Direitos dos Trabalhadores” e pirulitos com “Fora Temer”, “Diretas já”, “Constituinte”, “Nenhum direito a menos” e “Pré-Sal”.

A passeata culminou com um grande ato político na praça da Independência.

Lula conclamou os militantes a defenderem o partido: “O que eles querem com isso é a desmoralização e a destruição do PT”. Vagner Freitas, presidente nacional da CUT, fez um apelo para se intensificar a preparação da greve geral por nenhum direito a menos.

Edmilson Menezes,
correspondente do DAP em PE

DAP DA VILA MARIA

Mais de 70 militantes da Vila Maria e Jaçanã (zona Norte da capital paulista) reuniram-se em 17 de setembro para discutir o manifesto “Pela Reconstrução do PT”, do Diálogo e Ação Petista.

A mesa foi composta por Henrique Ollitta, presidente do diretório do PT da Vila Maria, Dudu, da executiva do diretório do Jaçanã, professor Joãozinho, das comunidade católica e base do Parque Novo Mundo, Vlamir Lima, da executiva do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Paulo, e Nilda Dias, presidente do Movimento Independente de Luta por Habitação.

Na atividade foi adotada uma carta a Lula, que lembra os momentos em que ele esteve com os militantes da região, em visitas às fábricas e várias lutas, e termina propondo que Lula e Marisa voltem à região para uma manifestação pública de solidariedade. “Todas as conquistas do nosso povo foram arrancadas na mobilização de nossa classe, na luta nas ruas, nas greves”, diz o texto.

22 de setembro foi um “esquenta”

Trabalhadores se mobilizaram em direção à greve geral por nenhum direito a menos

O dia 22 de setembro, Dia Nacional de Paralisação e Mobilizações das Categorias, foi um passo positivo na construção da greve geral por nenhum direito a menos, proposta pela CUT e outras centrais. Completamente escondido pela grande imprensa, o dia 22 foi um dia de atos em quase todos os estados do país e, principalmente, de atividades realizadas nos locais de trabalho, com paralisações, envolvendo milhares de trabalhadores. Os petroleiros, a chamada da Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT) e os professores, da base da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE-CUT), paralisaram a atividade em muitos estados. Os bancários de todo país, em campanha salarial, já em greve (ver ao lado) também se somaram ao esquenta da greve geral.

O Trabalho, a partir das informações enviadas por nossos correspondentes e das recolhidas de sites de CUTs estaduais, da FUP e de sindicatos, traz um giro de parte dessas atividades.

EM SÃO PAULO, cerca de 20 mil trabalhadores metalúrgicos cruzaram o braço em todo o estado, em locais como o ABC, São Carlos, Sorocaba, Itu, Araraquara e Taubaté. Foram realizados assembleias e protestos dos químicos do ABC, com atraso na entrada dos turnos de duas horas, nas empresas Ortobom, Davene e Solvay. Também houve paralisações em canteiros de obras em Campinas, na Companhia Paulista de Força e Luz, na refinaria da Petrobrás em Paulínia, e outros. No serviço público, houve paralisação de horas em locais como o serviço funerário da capital, e cemitérios. A Apeoesp parou escolas em todo o estado, realizando assembleia no MASP.

22 de setembro foi o 17º dia da greve nacional dos bancários, e a mobilização chegou a novos setores da categoria. Não houve trabalho em



Gerdau, PE: trabalhadores atrasam entrada e realizam ato em frente à empresa

vários centros administrativos, como o Centro Empresarial Itaú Conceição, a Torre Santander, o centro administrativo do Bradesco na Cidade de Deus em Osasco e a Superintendência do BB; nesses locais, a mobilização atingiu dezenas de milhares de trabalhadores. No total, em São Paulo, a greve dos bancários atingiu 16 centros administrativos e 1.903 agências no dia 22.

NO RIO GRANDE DO SUL, houve paralisações na madrugada em garagens de seis empresas de transporte coletivo, afetando cerca de 80% das linhas de ônibus de Porto Alegre, onde, até o final da manhã a cidade ficou vazia.

NA PARAÍBA, também houve protesto no transporte coletivo. Todos os trens da Região Metropolitana de João Pessoa e parte dos ônibus da capital ficaram sem circular pela manhã. Comerciantes aderiram à paralisação e petroleiros realizaram assembleias. As aulas na Universidade Federal foram suspensas.

NO PARANÁ, os trabalhadores pararam a Refinaria da Petrobrás em Arau-

cária. No mesmo centro industrial, o movimento atingiu empregados das indústrias Gelopar e White Martins. Em Curitiba, trabalhadores dos Correios organizaram um ato em defesa da empresa.

EM MINAS GERAIS, professores estaduais, metroviários e bancários realizaram uma assembleia na Praça da Estação.

ESPÍRITO SANTO, houve paralisação na Universidade Federal.

EM BRASÍLIA, a matriz da Caixa Econômica foi totalmente fechada pelos grevistas. Houve assembleia entre os funcionários do Detran e escolas paradas na rede pública do DF, tanto por professores quanto por auxiliares de administração escolar. A Eletronorte e Furnas pararam durante todo o dia. Os trabalhadores do transporte de valores pararam às 7h os carros fortes que distribuem numerários dos bancos e do comércio. Já trabalhadores da limpeza urbana do DF paralisaram as atividades na parte da manhã. Os servidores públicos federais realizaram vigília em frente ao Ministério do Planejamento,

Orçamento e Gestão. Os professores da UnB, com forte adesão, também paralisaram as atividades.

EM SANTA CATARINA, os trabalhadores do setor de transporte da Grande Florianópolis paralisaram por duas horas as atividades. Em Joinville, houve paralisação de trabalhadores do serviço público.

NA BAHIA, pela manhã em Salvador os comerciantes paralisados, com os bancários em greve, fizeram ato no centro. Petroleiros pararam realizando assembleia nas bases com expressiva participação. O Sindalimentação atrasou a entrada dos trabalhadores da Nestlé em Feira de Santana. No final do dia, em Salvador, um ato em defesa dos direitos, Fora Temer e também da campanha de Alice Portugal (PCdoB) à prefeitura, com a presença de Dilma reuniu cerca de 60 mil pessoas.

MATO GROSSO, em Cuiabá, na rede municipal da educação houve paralisação na maioria das unidades escolares. Houve paralisação também na rede estadual de ensino.

PERNAMBUCO, houve paralisações dos professores municipais de Jaboatão, Recife e Olinda. Paralisação também dos professores na rede estadual. Na Universidade Federal Rural houve paralisação total de professores, estudantes e servidores. Os Agentes Comunitários de Saúde pararam, assim como os servidores municipais de Gravatá e São Bento do Una.

Os metalúrgicos da Gerdau (antiga Aço Norte) atrasaram em meia hora a entrada e realizaram um ato na porta da empresa, com a presença do sindicato.

RIO GRANDE DO NORTE, na capital, Natal, os transportes públicos ficaram paralisados durante toda manhã.



Metalúrgicos da Scânia, São Bernardo do Campo



Porto Alegre amanheceu com os ônibus parados

Chegou a hora da greve geral pra valer!

Executiva da CUT indica data entre 8 e 10 de novembro

Reunida em 26 de setembro, no Sindicato dos Químicos em São Paulo, ampliada com a presença de representantes de CUTs estaduais e ramos, a Executiva nacional da CUT fez o balanço do “esquenta da greve geral” de 22 de setembro e apontou a data indicativa para uma greve geral de 24 horas entre 8 e 10 de novembro próximo.

A mobilização do dia 22 (ver na pag. ao lado) foi considerada positiva a partir dos relatos e informações chegadas dos estados, reforçando a preparação da greve geral por “Nenhum direito a menos”.

No balanço foi destacado que a participação de centrais como a Força Sindical, UGT e Nova Central nas paralisações do dia 22 foi praticamente nula, tendo se limitado à ida de dirigentes em algumas manifestações (como a realizada diante da FIESP na capital paulista, pela manhã).

Entretanto a base cutista se mobilizou em todo o país, destacando-se a paralisação nacional comandada pela CNTE (Educação) e o aprofundamento da greve nacional dos bancários. A necessidade da greve geral para barrar o conjunto de ataques anunciados, ou já em curso, por parte do governo golpista de Temer, passou a ganhar respaldo nas bases de inúmeros categorias.

A confusão criada pela Conlutas que, a partir da adoção do 29 de setembro como “Dia nacional de paralisação dos metalúrgicos” por sindicatos de várias centrais, passou a agitar a greve geral para essa data ou opô-la à

mobilização do dia 22, também foi registrada na reunião, que decidiu por encaminhar dois novos momentos de mobilização “rumo à greve geral”.

O primeiro, neste dia 29, é a própria paralisação dos metalúrgicos, que deverá contar com o apoio solidário de sindicatos de outras categorias e ramos no esforço de parar, ainda que parcialmente, montadoras, autopeças e outros setores da metalurgia. A má notícia é que a Ford de São Bernardo deu licença coletiva aos trabalhadores até 3 de novembro, tirando-os da paralisação do dia 29.

Concentração em Brasília no 5 de outubro

O segundo é o Dia Nacional de Luta contra o Desmonte do Estado Brasileiro, em 5 de outubro, quando começa a votação, considerada prioritária pelo governo golpista, da PEC 241 que estabelece teto de gastos para o setor público por 20 anos.

Uma orientação específica para a mobilização de 5 de outubro foi enviada a todas as CUTs estaduais e ramos, para esclarecer as bases que a PEC 241 não atinge apenas os salários (que ficariam congelados) e direitos dos servidores, mas o conjunto da classe trabalhadora e do povo, pois



trata-se de uma “reforma” regressiva do Estado que aponta para o desmanche de todas as políticas públicas, o fim da valorização do salário mínimo e o sucateamento da Educação, Saúde e Previdência públicas, abrindo espaço para a privatização do que deve ser “dever do Estado, direito do cidadão”.

Além da iminente votação da PEC 241, desde o dia 3 de outubro estará em pauta a votação na Câmara do projeto que retira a exclusividade da Petrobras na exploração do Pré-sal, para entregar essa riqueza do povo brasileiro à rapina das multinacionais. Todos os ramos da CUT estão chamados a enviar delegações a Brasília nesta primeira semana de outubro e paralisações devem ocorrer nos Estados, em particular dos servidores públicos.

Organizar na base

Uma decisão importante da Executiva da CUT foi a de promover em 7 de outubro uma reunião das entidades sindicais do ramo de transportes, convidando inclusive não filiadas à CUT,

para discutir a sua participação ativa na greve geral. Após essa reunião, deve ser concretizada a data da greve geral de 24 horas do início de novembro.

A CUT vai propor às demais centrais unidade de ação para a greve geral de novembro sobre a base da palavra de ordem de “Nenhum direito a menos” – que integra as exigências de retirada das propostas de flexibilização trabalhista (“negociado sobre legislado”), da “reforma da previdência” e agora da MP de “reforma do Ensino Médio” – preservando sua autonomia em apontar a origem desses ataques (o governo Temer) e de agitar suas propostas de defesa da democracia e da soberania nacional.

Neste sentido, foram reafirmados os eixos adotados pela reunião anterior da Executiva da CUT (Brasília, 14 de setembro): “Nenhum direito a menos/Preparar a greve geral; Fora Temer/ Diretas já com Constituinte do sistema político”.

Todos os sindicatos cutistas estão chamados a realizar assembleias nas próximas semanas para deliberar pela participação na greve geral, ao mesmo tempo que a CUT vai intensificar a propaganda e agitação sobre os ataques promovidos por Temer e os golpistas contra os direitos trabalhistas, previdenciários, contra a democracia e a soberania nacional.

Agora é arregaçar as mangas nas próximas semanas para garantir uma greve geral pra valer no início de novembro.

Julio Turra

Última hora: greve dos bancários

Após 22 dias, banqueiros propõem acordo por 2 anos

No fechamento desta edição o Comando nacional dos bancários estava reunido com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) em São Paulo, dando continuidade à nona rodada de negociações.

A reunião ocorre no 23º dia da greve nacional da categoria e a única novidade apresentada no dia 27 de setembro pelos banqueiros foi a proposta de um novo modelo de acordo com validade de dois anos (2016 e 2017). Mas nada avançaram em relação à última proposta que fizeram – rejeitada em assembleias de bancários em todo o país – de reajuste salarial de 7% (inferior à inflação do período) e de abono de R\$ 3.300,00.

O Comando dos bancários entrou na reunião reafirmando a necessidade de ganhos reais para a categoria e de propostas concretas para garantia de

emprego, creche, piso salarial, saúde e vales, e não a simples discussão sobre a duração do acordo.

Com os bancos públicos – Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal – sob direção do governo golpista de Temer, a greve dos bancários sofre um bloqueio por parte dos banqueiros, que parece terem tomado a decisão política, com o apoio do governo, de não contemplar as reivindicações e tentar vencer a categoria pelo cansaço.

OAB contra a greve

Em vários estados os banqueiros contaram com o apoio de seções da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para tentar frear a greve dos bancários.

Felizmente, segundo a Contraf-CUT que lidera a greve nacional, os jurídi-



cos dos sindicatos conseguiram cassar a maioria das liminares concedidas por juízes de primeira instância que questionavam a greve, pediam a manutenção de 30% dos trabalhadores em serviço e outros atropelos ao direito de greve. Mais um exemplo do estado

de exceção que se pretende instalar no Brasil.

Manifestações de bancários em greve diante de seções da OAB ocorreram em Porto Alegre, Recife e outras capitais.

Todo apoio à greve nacional dos bancários!

Escalada de ataques à democracia

“Operação boca de urna” da Lava Jato atropela garantias e dispensa a apresentação de provas

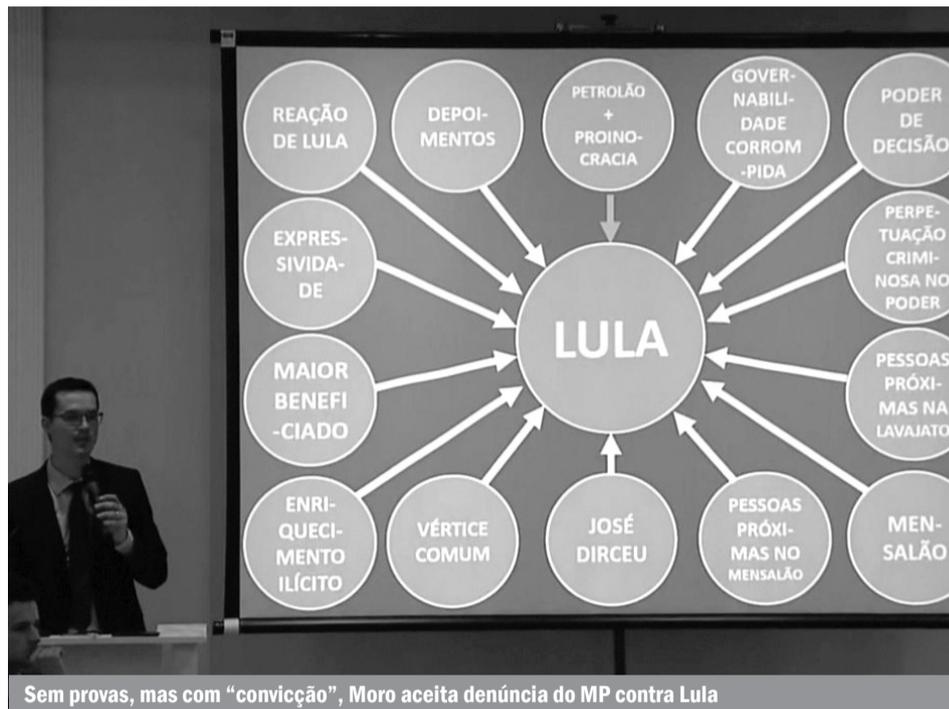
O juiz Sérgio Moro, da Lava Jato, aceitou a denúncia contra Lula formulada pelos procuradores do Ministério Público Federal (MPF) – os que não apresentam provas, mas têm convicção de que Lula é culpado (leia na pág. 4). Mas, como o imperialismo tem pressa em sua tentativa de dismantelar direitos e conquistas por meio do governo golpista de Temer, isso não basta.

Às vésperas das eleições municipais, a Lava Jato desencadeou nova ofensiva para criminalizar o PT. Lula chamou as ações da Polícia Federal (PF) de “operação boca de urna”, porque ficou evidente a intenção de prejudicar o partido nas eleições.

A ofensiva atingiu vários petistas. Foram presos os ex-ministros da Fazenda Guido Mantega (solto no mesmo dia) e Antônio Palocci. Além disso, o Supremo Tribunal Federal (STF) aceitou a abertura de ação penal contra Paulo Bernardo, ex-ministro do Planejamento, e a senadora Gleisi Hoffmann. Todos são acusados de corrupção.

O desrespeito às mínimas garantias democráticas é a regra em todos os casos. Se as circunstâncias da prisão de Mantega (detido no hospital enquanto acompanhava sua mulher que seria submetida a procedimento cirúrgico) mostram a que ponto chega a sordidez dos protagonistas da Lava Jato, a libertação do ex-ministro poucas horas depois só comprovou a arbitrariedade. Moro manda um recado: prende e solta quem quiser, independentemente da justificativa.

No caso de Palocci, o juiz reconhe-



Sem provas, mas com “convicção”, Moro aceita denúncia do MP contra Lula

ce que não foram encontradas provas do recebimento da propina paga pela Odebrecht, e por isso ele deve permanecer preso, “enquanto não houver tal identificação”. Ou seja, primeiro prende-se. Depois, busca-se a prova que justificaria tal prisão.

Perseguição ao PT

As atividades são realizadas em sintonia com o governo golpista. Ao participar de um evento do PSDB em Ribeirão Preto (SP), na véspera da prisão de Palocci, o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, anunciou aos cozinhas presentes a operação do dia seguinte: “Teve a semana passada e esta semana vai ter mais, podem ficar tranquilos”. Explicitou assim o caráter de perseguição política ao PT.

A ironia é que o candidato tucano a prefeito da cidade, Duarte Nogueira, é um dos políticos que teriam recebido doações ilícitas da Odebrecht. Como é do PSDB, não precisa se preocupar com Moro.

Mantega é acusado de ter exigido R\$ 5 milhões em propina do empresário Eike Batista – que, apesar de suposto corruptor, tampouco foi preso. Em depoimento aos procuradores, Eike e seus advogados tentaram, mais de uma vez, entregar a lista de repasses feitos também ao PSDB e a outros partidos, mas os procuradores não se interessaram e voltavam sempre à história que envolveria Mantega e o PT (a transcrição do depoimento está em: goo.gl/DHpcxv). É como o enredo de “Delação”, um popular

vídeo do grupo humorístico Porta dos Fundos. Só que real.

Essa escalada de ataques à democracia, tendo como protagonistas o Judiciário, a PF e o MPF, atingiu um nível ainda mais perigoso com a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) de dar carta branca a Moro. Um grupo de 19 advogados havia pedido o seu afastamento, com base em transgressões cometidas pelo juiz, como a divulgação de áudio de conversa entre a presidente Dilma e o ex-presidente Lula. O TRF-4 decidiu, por 13 a 1, que a conduta de Moro é “incensurável”, porque as investigações da Lava Jato “constituem um caso inédito (único, excepcional) no Direito brasileiro”. Por causa disso, argumenta a corte, “haverá situações inéditas, que escaparão ao regramento genérico, destinado aos casos comuns”.

Para o TRF-4, as leis (o regramento genérico) não precisam ser seguidas por Moro e sua turma. É o estado de exceção explicitado.

O desembargador Rogério Favreto, único voto contrário, disse que “o Poder Judiciário deve deferência aos dispositivos legais e constitucionais”. Afirmou também que não se pode descartar o partidismo de Moro, já que ele participou de atividades com políticos do PSDB e fez uma declaração política, no dia 13 de março, quando houve atos contra Dilma, dizendo-se “tocado” pelas manifestações.

Cláudio Soares

Plano acelera privatização da Petrobrás

“A direita jamais aceitou o patamar em que ousamos colocar a Petrobrás”

O novo Plano de Negócios e Gestão (PNG) anunciado pela empresa prevê diminuir o investimento em 25%, de US\$ 98,4 bilhões para US\$ 74,1 bilhões entre 2017 e 2021, reduzindo sua participação em petroquímica, distribuição de gás de cozinha (GLP), produção de biocombustíveis como o etanol, e de fertilizantes com a venda de US\$ 19,5 bilhões em ativos em 2017 e 2018. Nesse ano a meta é vender US\$ 15 bilhões até dezembro. Cerca de 35% dessa meta já foi cumprida com a venda para o consórcio liderado pela canadense Brookfield de 90% da unidade de gasodutos Nova Transportadora Sudeste (NTS).

Além da NTS, desde 2015 a Petrobrás já vendeu ativos na Argentina e Colômbia e 49% da Gaspetro, estão

em transações aprovadas 67,19% na Petrobras Argentina (PESA), 100% da Petrobras Chile Distribuição (PCD), Participações no Bloco exploratório BM-S-8 e em negociação estão a Companhia Petroquímica de Pernambuco (Suape), a Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe), os Terminais de gás natural liquefeito (GNL) e termelétricas associadas, a Participação na BR Distribuidora, a Liquegás Distribuidora e os Campos de petróleo e gás em terra e em águas rasas.

Redução também nos direitos trabalhistas e sociais

A Petrobrás apresentou aos seus funcionários uma proposta de “reforma trabalhista” própria: redução da jornada com redução de salários

e redução pela metade no valor pago pelas horas extras. Congelar salários e benefícios, reajustando apenas as gratificações, mas em patamar abaixo da inflação. Congelamento também dos adicionais para os trabalhadores em campos terrestres e da Amazônia, auxílio alimentação e de estudos.

No Norte Fluminense a empresa alterou de forma unilateral o Total de Horas Mensais (THM) que é regulado pelo ACT há 25 anos, aumentando de 168 horas para 360 horas a jornada de trabalho, além de reduzir o repouso remunerado em mais de 114% o salário-hora dos empregados embarcados.

A essa situação, o jornal OESP dá como título “Petrobrás em Reconstrução” em seu editorial de 21/9. A Federação Única dos Petroleiros

(FUP-CUT), respondendo em nota “Petrobrás e petroleiros passaram do limite”, lembra a descoberta do Pré-Sal, a recuperação da indústria naval e a participação de mais de 13% no PIB. “A direita jamais aceitou o patamar em que ousamos colocar a Petrobrás, assim como jamais engoliu o fato de recuperarmos os direitos que nos foram usurpados no governo FHC e ainda avançarmos em novas conquistas.”, diz a nota. Com a Operação “Para Pedro”, em alusão a Pedro Parente, presidente da Petrobrás, a FUP começa a preparar a greve nacional da categoria contra o desmonte da Petrobrás e a retirada de direitos trabalhistas e sociais.

Nilton de Martins

Bajulado pelos EUA, Temer não engana o povo

Enquanto o golpista presta contas ao imperialismo, aqui cresce rejeição ao golpe

O secretário do Tesouro dos EUA, Jack Lew veio ao Brasil, reuniu-se com Henrique Meirelles, e elogiou as reformas anunciadas pelos golpistas como “o caminho correto para o Brasil”. “Temos visto sinais de melhoria na confiança por parte do setor privado e também temos visto oportunidade de mudanças na realidade atual do Brasil”, declarou (Valor 28/09).

A visita ocorre depois da ida de Temer aos Estados Unidos onde deu garantias de que as condições existem para concretizar o programa do golpe.

Em um almoço com 270 empresários em Nova York, Temer avaliou que “no Brasil hoje nós temos uma estabilidade política extraordinária, por causa da relação política muito adequada entre o Executivo e o Legislativo” afirmou.

Pousando de chefe de um governo capaz de entregar a encomenda, falou da urgência em tomar “as medidas que deveriam ter sido tomadas há muito tempo atrás” de ataque aos trabalhadores e à nação, pelas quais o golpe foi dado (ver box).

A “estabilidade extraordinária” vendida lá fora não se verifica no país. O Congresso nacional, “fiador da estabilidade”, se vê desde 2013, é rechaçado pela maioria do povo.

O almoço onde o golpista falou em “estabilidade extraordinária”, ocorreu em 21 de setembro. No dia seguinte, 22, de norte a sul do país, milhares



Manifestação em Nova York, por ocasião da participação de Temer na Assembleia da ONU, onde durante seu discurso se retiraram os governos da Venezuela, Equador, Nicarágua e Costa Rica. Os representantes de Cuba e Bolívia nem entraram no plenário.

de trabalhadores participaram do dia nacional de paralisação, convocado pela CUT e outras centrais, o esquentado da greve geral “por nenhum direito a menos” (ver págs. 6 e 7).

“Índices sombrios”

Depois do dia 31 de agosto, quando a posse foi dada ao golpista, as manifestações Fora Temer cresceram.

O jornal estadunidense, The New York Times, avalia que os protestos de rua contra Temer “refletem índices de aprovação sombrios.” (19/09)

José Roberto de Toledo, colunista do jornal golpista “Estadão”, em artigo “O tempo urge para Temer” comenta pesquisa do Ibope feita entre agosto e setembro. “O aumento

do ruim/péssimo combinado com a diminuição do bom/ótimo deixa ainda mais desfavorável um clima de opinião pública que já era ruim.” E concluiu “o tempo corre contra o novo presidente. Trocar de fuso viajando ao exterior não faz o relógio da impopularidade andar mais devagar”. (OESP 22/09).

Bajulado pelos representantes do capital financeiro, sustentado por um Congresso desmoralizado, o governo golpista segue um governo que vai aos trancos e barrancos. E, à medida que vai explicitando a que veio, ouvirá mais alto: “Fora Temer, Diretas Já, Constituinte da Reforma Política”.

Misa Boito

EXPLICITANDO O GOLPE

“O Brasil acaba de atravessar processo longo e complexo, regrado e conduzido pelo Congresso Nacional e pela Suprema Corte brasileira, que culminou em um impedimento. Tudo transcorreu dentro do mais absoluto respeito à ordem constitucional”, disse Temer em seu discurso na Assembleia Geral da ONU.

No almoço com os empresários em Nova York, explicou quão “constitucional” foi o processo. Em vídeo divulgado pelo Palácio do Planalto, ele afirma: “Há muitíssimos meses atrás, eu ainda vice-presidente, lançamos um documento chamado ‘Uma Ponte Para o Futuro’, porque nós verificávamos que seria impossível o governo continuar naquele rumo. E até sugerimos ao governo que adotasse as teses que nós apontávamos naquele documento chamado ‘Ponte para o futuro’. E, como isso não deu certo, não houve adoção, instaurou-se um processo que culminou agora com minha efetivação como presidência da república.”

Como se vê, o golpe foi dado para colocar o Brasil “no caminho correto” como diz o porta-vozes do imperialismo, Jack Lew em visita ao país.

Congresso tenta anistiar caixa 2

O golpista Geddel Vieira aplaude e apoia

A Câmara dos Deputados, por iniciativa de seu presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ) tentou acelerar a discussão de uma proposta para anistiar o caixa 2 nas campanhas eleitorais.

De última hora deputados incluíram na pauta e ensaiaram a discussão da matéria, mas a votação acabou sendo cancelada. Tentaram aprovar um texto de 2007, incluindo uma emenda eximindo de pena os que praticarem a contabilidade paralela até a data da aprovação da nova lei. Com isso, o que tiver sido feito antes da aprovação da nova lei será perdoado.

Na preparação da votação – no início da semana passada -- os deputados favoráveis à medida receberam o total aval de Maia, que estava interinamente na Presidência da República bem como o do presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que adiou sessão conjunta para acelerar a votação do tema.

Preocupados com as dificuldades de financiamento após a proibição da doação de empresas e denúncias de irregularidades na disputa eleitoral deste ano, a maioria dos parlamenta-

res – apoiadores do golpe -- defendem a medida e entendem que, se o caixa 2 for criminalizado, a lei não poderá retroagir em desfavor do acusado.

Mais do que isso, tais deputados (e senadores) golpistas já articulam a volta do financiamento empresarial das campanhas eleitorais. Rodrigo Maia é um grande entusiasta de tal medida. A estratégia é aproveitar a dificuldade de arrecadação nas atuais eleições municipais (em que empresas estão proibidas de doar pela primeira vez desde 1994).

O ministro Geddel Vieira Lima (Secretaria de Governo) defendeu em entrevista ao UOL (21/09) a anistia à prática de caixa 2 e o financiamento privado de campanhas eleitorais, dizendo que tal prática não deve ser considerada crime.

Mais do que nunca é necessária uma Assembleia Constituinte para realizar uma reforma política. Se, ao invés, a reforma ficar na mão da maioria absoluta de picaretas do Congresso, as regras se tornarão cada vez mais antidemocráticas, movidas pelo poder econômico.

Alberto Handfas

PROJETO PERMITIRÁ EMPRESAS FAZER LEIS

O senador Romero Jucá, um dos principais interlocutores do governo golpista de Temer, apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC47) para regulamentar a prática de lobby no Congresso. A medida privatizará de vez a política no país, permitindo que empresas apresentem diretamente “emendas e proposições” a projetos de lei que tramitam no Legislativo. O lobby poderá assim ser feito por pessoa física ou jurídica nos três poderes da União, Estados e municípios, além de órgãos como o Ministério Público Federal e tribunais de contas. Os lobistas, que são chamados de “agentes de representação de interesses” no texto, terão que ser credenciados pelas empresas e poderão ter livre acesso nos órgãos públicos, além do direito de ter conhecimento formal dos encaminhamentos administrativos e processuais dados às matérias de seu interesse.

O texto elogia os lobistas empresariais e diz que sua “ação detém importância ímpar nas diversas vias de atuação do Poder Público carreando necessidades indispensáveis à melhor definição das políticas públicas, das ações estatais e da atividade legislativa e normativa”.

A PEC 47 contou com o apoio de quase 30 senadores e tramitará na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, depois, ser apreciada pelo plenário antes de ser enviado à Câmara dos Deputados.

Grã-Bretanha, trabalhadores resistem

O combate contra as leis antissindicais no congresso da TUC

O congresso da central sindical britânica TUC (Trades Union Congress) ocorreu dois meses após o referendo sobre a saída da União Europeia (UE) e o início do novo governo conservador de Teresa May. Um governo de crise, de uma maioria e um partido já odiado sob Cameron, mas agora dividido. No entanto, além de manter as medidas de Cameron, o governo já anunciou medidas contra a escola pública e a seguridade social (NHS). Os conservadores, apesar de divididos entre os partidários da UE e os que julgam o quadro da UE inadaptado ao programa do capital financeiro, estão de acordo sobre as medidas contra os trabalhadores.

A direção da TUC, e das principais federações, fizeram campanha pela permanência na UE, com o argumento de que seria a única garantia dos direitos dos trabalhadores na Grã-Bretanha contra o governo conservador de Cameron. O que, no entanto, não impediu Brendan Barber, antigo secretário geral da TUC, de fazer campanha ao lado de Cameron.

Apenas o RMT (sindicato dos ferroviários e dos marinheiros), a Aslef (condutores de trens) e o BFAWU (sindicato dos padeiros) tiveram uma posição de classe e internacionalista pela saída da UE, contra aqueles que “à esquerda”, fizeram campanha com a extrema direita ou em nome de um retorno à soberania nacional.

A nova lei antissindical

Mas a questão central para o movimento operário britânico continua a ser o das leis antissindicais aprovadas por Thatcher, que dificultam a ação sindical e tornam muito complicada a organização de greves. Em maio último, o governo Cameron aprovou uma lei que ataca frontalmente o direito de greve, reforça os poderes da polícia e do Estado para perseguir na justiça os representantes sindicais e controlar a atividade dos sindicatos, e ataca o fundo político dos sindicatos (parte da cotização revertida a um partido, em grande maioria ao Partido Trabalhista).

No Congresso da TUC, Frances O’Grady, a nova secretária geral, declarou que os conservadores “querem destruir as finanças dos sindicatos, atacar nossa expressão política e o direito democrático de fazer greve. Nós temos orgulho da nossa campanha contra essa lei odiosa e vingativa. Eles aprovaram a lei, e, sim, ela será burocrática e vai desperdiçar o dinheiro dos nossos filiados e o tempo de todo mundo. Mas nós os derrotamos, não em tudo, mas nos pontos

importantes nós os fizemos recuar.

Um artigo no site da “Campanha pela liberdade dos sindicatos” (Campaign for Trade Union Freedom), explica que o essencial do projeto inicial foi aprovado. Algumas medidas, como o alongamento do período de pré-aviso antes de uma greve, não serão aplicadas sistematicamente se houver um acordo com o patronato pela duração atual... É difícil imaginar por que o patronato deixaria de aplicar até o fim uma lei que o favorece inteiramente.

Da mesma forma, o voto pela internet, que serve há anos para justificar a aceitação de leis antissindicais pela TUC, será discutido quando de eventuais negociações com o governo e o patronato.



Frances O’Grady, nova secretária da TUC

Desde o início, a direção da TUC limitou seu combate no quadro parlamentar, onde os conservadores têm a maioria. Nessas condições, não poderia haver recuo do governo, e não houve nenhum.

Ao contrário, o RMT apresentou uma moção, emendada pela Unite, o NUT (professores) e o FBU (bombeiros) e depois adotada pelo congresso, que afirma:

“A TUC condena a lei sobre os sindicatos, é o maior ataque em décadas (...). A TUC considera que o conselho geral (instância dirigente da TUC onde estão representadas as federações) deverá convocar uma conferência de urgência para discutir praticamente como coordenar da melhor forma nossa resposta no plano legal e no plano da luta de classes contra essa lei, em acordo com a linha geral adotada pela TUC (...). A TUC deverá discutir todas as opções para combater a nova lei. Isso deverá incluir um aumento da pressão pela revogação da mesma e outras legislações antissindicais,



Mobilização em Londres chamada pelo sindicato dos médicos e professores

assim como as decisões práticas para ajudar os sindicatos e os grupos de trabalhadores ameaçados por essa legislação antioperária.

A TUC se congratula pelo Partido Trabalhista, dirigido por Jeremy Corbyn, estar comprometido pela revogação das leis antissindicais. “A moção também se pronuncia por uma nova legislação que garanta “o direito dos trabalhadores se organizarem sindicalmente, o direito à negociação coletiva e o direito de greve”.

Esta moção é, ponto por ponto, contraditória à análise feita pela direção da TUC ou do secretário geral da federação dos serviços públicos, David Prentis, que agradeceu aos bispos (que têm assento de direito na câmara dos lordes), por sua ajuda nessa “vitória” contra o governo...

Resistência dos trabalhadores

A crise política na Grã-Bretanha não será resolvida nem pela vitória (provável) de Jeremy Corbyn na liderança do Partido Trabalhista (1), nem pela saída da União Europeia, mas pela luta de classes, hoje bloqueada pelas leis antissindicais de Thatcher e de Cameron, aceitas pela direção da TUC. O combate pelas reivindicações dos trabalhadores e para derrotar o novo governo de May, se concentra no combate para desenvolver sua luta de classe e, portanto, de acabar com as leis antissindicais.

Esse processo pode ser acelerado por uma nova crise da UE, ou pela vitória de Jeremy Corbyn, que deu declarações a favor do restabelecimento das negociações coletivas e do reconhecimento dos sindicatos, o que é contraditório com parte das leis de Thatcher.

O combate pela revogação das leis antissindicais não se opõe ao combate prático pelas reivindicações, muito ao contrário. Em 5 de julho, depois

de oito dias de greve, os médicos residentes do NHS (Serviço Nacional de Saúde) rejeitaram o projeto de novo contrato do Ministério da Saúde.

O sindicato dos médicos e residentes, a BMA, chamou novas greves (de 5 a 11 de outubro, de 14 a 18 de novembro e de 5 a 9 de dezembro), reafirmando a exigência de retirada do contrato e de retorno à mesa de negociações. Essa luta concentra a atenção de milhares de sindicalistas e de militantes do Partido Trabalhista, pois encarna a defesa Sistema Nacional de Saúde) em via de privatização.

O Sindicato dos Bombeiros, em maio, pediu à TUC que organizasse uma manifestação em apoio aos médicos residentes, o que fazia eco a muitas iniciativas de apoio no país, e à mesma demanda endereçada ao Partido Trabalhista. Até o momento ambos se recusaram a fazê-lo.

Ao decidir afrontar o governo, com os 15 dias de greve, os médicos residentes da BMA explicam claramente que para fazê-lo recuar, é preciso endurecer a relação de forças.

No congresso da TUC foi adotada uma moção de apoio aos médicos residentes, o que coloca a questão do apoio ativo e prático da TUC, em primeiro lugar aos seus sindicatos dos hospitais. Esse apoio prático aos médicos residentes traz em si mesmo a questão da revogação das leis antissindicais.

Correspondente

(1) Este artigo, foi escrito às vésperas da eleição para escolha do líder do Partido Trabalhista. Jeremy Corbyn, atual líder eleito em setembro de 2015, derrotando a ala direita do partido, foi reeleito, no último dia 24, com 61,8% dos votos.

Descartado referendo contra Maduro em 2016

Decisão do poder eleitoral provoca crise na oposição venezuelana

Em 21 de setembro, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) informou que a coleta de 20% de firmas assinaturas do registro eleitoral para solicitar o referendo revogatório do mandato do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, vai se realizar nos dias 26, 27 e 28 de outubro. Para esse processo, serão habilitadas 5.392 urnas eletrônicas distribuídas em 1.356 centros de votação nos 335 municípios do país, detalhou em nota o poder eleitoral.

A base para a consulta será o registro eleitoral de 30 de abril deste ano, num total de 19 milhões 567 mil e 13 eleitores. Para que seja convocado o referendo revogatório será necessária assinatura de 3 milhões 567 mil e 128 eleitores. Uma vez atingida essa cifra, o referendo seria realizado no primeiro trimes-

tre de 2017, descartando assim a sua realização neste ano, como pretendia a oposição de direita pró-imperialista.

Ao realizar-se em 2017, no caso de revogação do mandato de Maduro, assumiria o vice-presidente Aristóbulo Istúriz, também do PSUV, até a realização de novas eleições presidenciais em 2019, quando finaliza o período constitucional de 6 anos para o qual foi eleito o atual presidente.

Tensões se acumulam

O anúncio do CNE se deu numa semana de muitas tensões internas no país, além da ingerência da direita de outros países da região e do imperialismo estadunidense. Ao mesmo tempo que a reunião de cúpula do Movimento dos Países Não Alinhados dava respaldo a Maduro, os governos de países do

Mercosul, liderados por Macri da Argentina e Temer do Brasil, retiraram a Venezuela da presidência do bloco, dando várias declarações a favor das pretensões da oposição.

Já o porta voz dos EUA, secretário auxiliar John Kirby, expressou preocupação diante do fato do referendo não se realizar neste ano.

A direita pró-imperialista, após meses de preparação de planos para a tomada do poder, hoje aparece dividida na estratégia a seguir e marcada por seu descarado servilismo diante do governo dos EUA. Demonstrando incapacidade diante de seus chefes de Washington, a Mesa de Unidade Democrática (MUD, coalizão opositora) teve até sua "morte" decretada por analistas e jornalistas direitistas.

O porta voz da MUD, Jesús Torrealba, leu um comunicado em

26 de setembro que insiste na realização do referendo ainda neste ano, convocando "atos de protesto e organização diários em todo o país", e que a "ocupação da Venezuela se dará nos dias 26, 27 e 28 de outubro" na coleta dos 20% de assinaturas. Mas nas bases opositoras cresce a desconfiança diante de sua direção política.

A resistência e mobilização do povo trabalhador, iniciada com os atos de 1º de Maio, somada à decisão do governo de aumentar o salário mínimo, manter o investimento no social, entregar moradias e lançar a missão de distribuição de alimentos, deram um novo fôlego a Maduro.

Uma situação em que as tensões se acumulam e um choque maior se avizinha.

Alberto Salcedo, de Maracaibo

França, 15 de setembro: "nós não vamos recuar"

Resistindo às pressões, trabalhadores continuarão exigindo a revogação da "lei do trabalho"

Em 15 de setembro a França viveu mais um dia de greves e manifestações pela revogação da chamada lei do trabalho, convocadas pela Confederação Geral do Trabalho (CGT) e a Força Operária (CGT-FO) junto com a Federação Sindical Unitária (FSU, majoritária no setor educação) e Solidários-União Sindical, além das organizações sindicais de estudantes.

Promulgada em 9 de agosto, após ter sido imposta ao parlamento por meio de um mecanismo constitucional de exceção - o artigo 49.3, que dispensa a votação de deputados e senadores - essa lei do governo Hollande é um ataque sem precedentes ao histórico Código do Trabalho francês. Seu ponto central é permitir que uma negociação por empresa anule garantias estabelecidas na legislação nacional ou em convenções coletivas.

Os defensores da lei reconhecem que seu objetivo é facilitar demissões, rebaixar salários, precarizar o trabalho (jornadas maiores, diminuição dos intervalos de descanso, desoneração de encargos sociais). Mas dizem que isso é necessário para "diminuir o desemprego". É cínico porque todos sabem que - sob pressão do capital financeiro - já implantaram ataques similares a Itália, Espanha, Portugal, Romênia, Hungria, Grécia com ótimos resultados para os patrões e sem resolver em nada o problema do desemprego.

Às vésperas do 15 de setembro, o governo e os partidos institucionais



Trabalhadores saíram às ruas em várias cidades da França pelo fim da lei contra o Código do Trabalho

exerceram enorme pressão sobre as organizações sindicais para "virar essa página e se ocupar de outras coisas". A "outra coisa" são as eleições presidenciais de 2017.

Pressão para desviar a resistência

Tentando quebrar a unidade CGT e CGT-FO - eixo de resistência pela revogação da lei - o governo Hollande (do Partido Socialista) utiliza o pretexto da "luta contra o terrorismo" e agita o espantinho do crescimento eleitoral da direita (a Frente Nacional, de Marine Le Pen). Ele quer de volta os tempos da falsa unidade com a CFDT (central sindical defensora da colaboração de classes) que, contra as greves e manifestações, propunha "emendas ao projeto" e, agora, "exige" que a lei seja regulamentada sem

demora.

E Hollande não está só. No fim de semana anterior ao 15 de setembro o secretário geral do Partido Comunista Francês, Pierre Laurent, dizia que "em 2017 nós queremos a vitória contra a direita e a extrema-direita". O líder dos dissidentes do PS, Christian Paul emendava: "é a esquerda completa que deve constituir o eixo do republicanismo". Tal malabarismo visa a impor a realização de uma eleição primária para escolher um único candidato presidencial "de toda a esquerda" de modo a fazer os trabalhadores se desviarem da luta de classes e engolirem a política aplicada por Hollande.

Daí que essa 14a. jornada sindical contra a lei do trabalho foi anunciada pelo jornal Le Monde, entre outros,

como o último suspiro de um movimento que se esgotou. Mas para desespero dos patrões e do governo a mobilização foi robusta, e mesmo superior ao esperado por alguns sindicalistas, com 170 mil trabalhadores reunidos em 110 manifestações de norte a sul do país. E, como já virou hábito desde a decretação do estado de emergência, depois dos atentados de novembro de 2015, enfrentando provocações e violenta repressão da polícia.

O mandato dado pela classe a suas organizações sindicais é o de resistir milímetro a milímetro, exigindo a revogação da lei e bloqueando sua aplicação. Com a lei aprovada, a unidade deve se aprofundar não apenas em nível nacional e nas manifestações, mas no dia a dia de cada local de trabalho.

Para impulsionar a continuidade dessa luta, o Partido Operário Independente (POI) vem constituindo os Comitês de Ligação e Intercâmbio, lançados pela conferência de 4 de junho, em Paris, que reuniu 1.800 sindicalistas dos mais diversos horizontes políticos. Sem concorrer com as organizações sindicais e suas instâncias, esses comitês aprofundam a discussão sobre a elaboração de uma plataforma de propostas políticas, notadamente a partir das questões colocadas pelas mobilizações e reforça as capacidades dos trabalhadores em seu próprio terreno de classe.

Edison Cardoni

Estudantes voltam às ruas na África do Sul

Pelo segundo ano consecutivo, luta é para barrar aumento das anuidades nas universidades

Em outubro de 2015, na maior onda de manifestações de massa desde o fim do apartheid – sistema de segregação racial –, a juventude estudantil da Azânia (denominação da África do Sul utilizada pelos militantes da Consciência Negra – NdR) conquistou a revogação do aumento de 10,5% das anuidades universitárias para o ano de 2016 fazendo recuar o governo de Jacob Zuma (governo de coligação do CNA-Congresso Nacional Africano, Partido Comunista e a central sindical Cosatu, NdR).

Agora, em setembro de 2016, o ministro do ensino superior, Blade Nzimande, secretário geral do PC sul-africano, anunciou que as anuidades aumentariam cerca de 8% em 2017. Ele também abriu a possibilidade de cada instituição de ensino superior majorar os preços conforme sua conveniência.

Foi o que bastou para incendiar novamente o país, cuja maioria negra sente-se desprezada e provocada pelo governo do CNA. Milhares de jovens voltaram às ruas, levantando inclusive a exigência de gratuidade total do ensino universitário e afirmando que as aulas não serão iniciadas enquanto o aumento não for revogado.

A traição de Kempton Park

A raiz dessa explosão está, uma vez mais, nos acordos traidores de Kempton Park, de 1991, produtos da Convenção por uma África do Sul Democrática (Codesa, que agrupou os dirigentes das principais organizações negras e os herdeiros do regime do apartheid, marcando o seu fim - NdR).

Os acordos de Kempton Park não corresponderam em nada às reivindicações da luta de libertação na qual estava engajada a maioria do povo negro. Foi um acordo que excluía deliberadamente a questão do poder para a maioria negra e a da criação de uma República Negra.

Durante os anos do apartheid, os dirigentes brancos racistas excluía a maioria negra de todo acesso a estudos de qualidade, reservando-lhes um tipo de educação destinada a reforçar os laços de servidão. Os brancos tinham direito à educação gratuita e obrigatória até a universidade e os negros eram excluídos.

Maioria negra continua marginalizada

A Codesa produziu apenas alterações cosméticas, com impacto insignificante na vida dos estudantes negros. Os milhares que, desde o



19 de setembro: estudantes da universidade Witwatersrand, em Joanesburgo, ocupam o Senado

ano passado, estão se mobilizando, são filhos da maioria negra que foi enganada imaginando que o projeto de Mandela (eleito presidente em 1994) traria a “liberdade”. A realidade é que os negros, na imensa maioria, continuam desempregados, sem terra e sem moradia. Seus filhos estão fora das universidades porque não podem pagar as anuidades exorbitantes.

Essa juventude que se manifesta também são filhos dos mineiros de Marikana, que, ao lutar por aumento de salários, inclusive para pagar os estudos de seus filhos, foram brutalmente assassinados, em agosto de 2012, pela polícia desse governo que se diz democrático.

Mesmo depois da derrubada da legislação do apartheid, a realidade é que o sistema da propriedade privada dos meios de produção perpetua essa noção segundo a qual os negros não precisam de uma educação de qualidade. Esse sistema exclui os negros sob o falacioso pretexto de que eles não são capazes de raciocinar em profundidade!

Diante da mobilização estudantil a polícia se comporta com a mesma brutalidade dos tempos do apartheid, agredindo, prendendo, abrindo fogo contra os manifestantes que, no entanto, não se intimidam e permanecem resolutos em seu combate, apesar do terror desencadeado contra eles pelo Estado.

A luta estudantil está ligada à luta da classe operária

O combate dos estudantes não pode ser separado do combate que desenvolve a classe trabalhadora e deve ser apoiado incondicional-

mente pela maioria negra. Está claro e evidente que a Codesa foi a perdição de nosso povo, consolidando a dominação branca em nosso país. A única via para a classe operária negra é intensificar sua luta contra um sistema que perpetua a miséria.

De nossa parte, continuaremos a apoiar todos os esforços da luta dos estudantes. Sabemos e compreendemos que nada jamais é conquistado se não é reivindicado e arrancado pela luta mais renhida. Em alguma medida, nós conseguimos mostrar e desmontar a fraude que foi Codesa. Isso ajudou os estudantes além de, naturalmente, todas as forças combatentes a reconhecer que Codesa não foi uma vitória para nosso povo. Nós saímos dela lesados e, por isso, a luta continua.

(trechos de artigo de **Lybon Mabasa**, dirigente do Partido Socialista da Azânia, publicado em **Informações Operárias**, do Partido Operário Independente, França)

HAITI: Punição

aos assassinos de Davidtchen Simeón

Continua a campanha para que sejam levados à justiça os assassinos de Davidtchen Simeón, morto na tarde de 13 de agosto, no bairro popular de Fort National, em Porto Príncipe. Davidtchen era membro do Moleghaf-Movimento de Liberdade e Igualdade dos Haitianos pela Fraternidade, que em defesa da soberania do Haiti, pela retirada do país das tropas da Minustah.

No Brasil, além do PT-Nacional e CUT-Nacional já se manifestaram dirigentes políticos e partidários e diversos sindicatos de todo o país. Em atividade realizada em São Paulo, no dia 17 de setembro, a União dos Haitianos do Brasil e o Jubileu Sul aprovaram o envio de moções e a reprodução e difusão dos materiais da campanha em crioulo haitiano e francês.

Participe da campanha enviando moção para os seguintes três órgãos do estado haitiano:

Por carta (pois estes dois órgãos não possuem e-mail para receber mensagens):

- **Ministère de la Justice et de la sécurité publique (MJSP)**
Av. Charles-Summer 18, Port-au-Prince
- **Inspection Générale de la Police Nationale d’Haïti (PNH)**
07 Autoroute de Delmas (zone Delmas 2, Haïti)

Por email:

- L’Office Protecteur Citoyen (OPC):
opc@protectioncitoyenhaiti.org;
opc-haiti@hotmail.com; e
plainte@protectioncitoyenhaiti.org

Cópias para:

ctsp.haiti@yahoo.fr
avokahaiti@aol.com
syntart76@gmail.com
melajustice2016@gmail.com
moleghaf17@yahoo.fr

E no Brasil:

julioturra@cut.org.br

Assine **O TRABALHO** ★

Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo
Fone/fax: (11) 2613-2232 - e-mail: otjournal@uol.com.br